

VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

FRANCIELLE BENINI AGNE TYBUSCH

LAURA TELLES MEDEIROS

PAULO JOVINIANO ALVARES DOS PRAZERES

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Francielle Benini Agne Tybusch; Laura Telles Medeiros; Paulo Joviniano Alvares dos Prazeres. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-121-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito Governança e Políticas de Inclusão

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito ambiental 3. sustentabilidade. VIII Encontro Virtual do CONPEDI (2, 2025. Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

Apresentação

O Grupo de Trabalho de Pôsteres 3 - Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais e direito agrário e agroambiental durante o VIII Encontro Virtual do CONPEDI contou com a apresentação de 12 pôsteres com temáticas diversas que dialogam com os desafios atuais do Direito Ambiental, da Justiça Climática e dos Direitos Humanos. Ao reunir estudantes de graduação e pós-graduação, neste GT, de diferentes estados brasileiros, o evento fortalece a troca de experiências, valoriza a produção científica em fase inicial e estimula o protagonismo estudantil em pesquisas voltadas para temas contemporâneos e socialmente relevantes. Essa plataforma virtual amplia o alcance e a diversidade das discussões, permitindo que vozes regionais e perspectivas locais ganhem espaço no cenário jurídico-acadêmico nacional.

A seguir, destacam-se os principais objetivos e enfoques de cada trabalho, conforme seus respectivos autores.

O pôster intitulado “A (In)Suficiência do Estado Sancionador na Contenção de Danos Ambientais: Breve estudo da jurisprudência do TJMG”, de autoria de Letícia Caroline Cardoso Trezza, apresenta uma análise empírica sobre a eficácia da atuação repressiva do Estado na proteção ambiental, destacando que, apesar de haver instrumentos legais robustos (como as Leis nº 9.605/1998 e nº 7.347/1985), a responsabilização estatal tem se mostrado limitada.

As autoras Julia Nobre Colnaghi e Francielle Benini Agne Tybusch, no pôster “A Comunicação de Risco e os Desastres Climáticos em Santa Maria – RS: Lições Locais e Globais”, analisam criticamente a comunicação de risco prevista no Plano de Contingência de Santa Maria/RS, identificando suas fragilidades e propondo melhorias baseadas em estratégias nacionais e internacionais para a gestão de desastres, a fim de promover uma resposta mais eficaz à população em eventos climáticos extremos.

O pôster “A Crise Ambiental e os Desastres Naturais no Estado do Pará (2001–2024)”, de Emerson Regis Maciel, discute os principais tipos de desastres ambientais naturais que ocorreram no Estado do Pará nas últimas décadas.

A autora Ana Clara de Freitas Mendes, no pôster “A Eficácia das Áreas de Proteção Ambiental na Preservação do Cerrado”, analisa a contribuição das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) para a conservação do bioma Cerrado, bem como os principais desafios enfrentados na sua gestão.

Em “A Finalidade Secundária da Fiscalização Tributária frente às Normas Ambientais”, Gabriella Letícia Teixeira Santos investiga de que forma a atuação fiscal tributária pode contribuir para a efetividade da proteção ambiental, explorando seus limites jurídicos e finalidade normativa.

O pôster “A Responsabilidade Jurídica das Marcas de Moda frente à Sustentabilidade: Entre o Greenwashing e a Transparência nas Cadeias Produtivas”, de Eduarda Lopes Bolela, busca analisar a responsabilidade jurídica das marcas de moda diante da crescente demanda por sustentabilidade e transparência nas suas cadeias produtivas.

Em “Arborização Urbana e Direito Fundamental ao Meio Ambiente: Um Estudo de Caso na Cidade de Goianésia – GO”, Edileusa da Silva Peres tem como objetivo promover e ampliar a arborização urbana na cidade, visando à melhoria da qualidade ambiental, do bem-estar da população e à sustentabilidade urbana.

Os autores Welington Oliveira de Souza dos Anjos Costa e Luís Eduardo de Souza Zanato, no pôster “Biodireito e Bioética na Perspectiva dos Direitos Humanos: A Utilização da Técnica CRISPR/Cas9 como Forma de Prevenção de Doenças Genéticas”, analisam os limites éticos e jurídicos do uso da técnica de edição genética CRISPR/Cas9, considerando os riscos e benefícios da sua aplicação na prevenção de doenças hereditárias.

O pôster “Combate ao Greenwashing: A Problemática da Falta de Regulamentação e a Proteção do Consumidor no Brasil com Base no Direito à Informação e o Princípio da Transparência”, de Lislene Ledier Aylon Pietra Ferreira Barcelos, analisa as práticas de greenwashing e os direitos dos consumidores afetados pela ausência de regulamentação das informações em embalagens e campanhas publicitárias.

José Cláudio Junqueira Ribeiro e Luana de Jesus Rossi, no pôster “Consumo de Água e Energia na Pegada Ambiental em Escolas Públicas”, propõem o diagnóstico do consumo per capita de água e energia em escolas públicas, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar para a redução das pegadas hídricas e energéticas, promovendo a educação ambiental nos termos do art. 225, §1º, VI, da Constituição Federal de 1988.

Em “Desafios na Comunicação de Risco: Uma Revisão do Plano de Contingência de Santa Maria/RS após a Inundação de 2024”, Francielle Benini Agne Tybusch e Katana do

Nascimento discutem a importância da comunicação de risco como ferramenta estratégica para a proteção de populações vulneráveis, analisando a experiência concreta da cidade de Santa Maria frente à emergência ambiental.

O pôster “Desapropriação para Fins Ambientais: A Criação de Unidades de Conservação e a Efetividade das Políticas Públicas”, de Enéas Cardoso Neto, analisa os fundamentos jurídicos e os limites da desapropriação para fins ambientais no ordenamento jurídico brasileiro, com atenção especial à criação de Unidades de Conservação e à efetividade das políticas públicas decorrentes desse processo.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura,

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch

Profa. Me. Laura Medeiros

Prof. Dr. Paulo Joviniano

Desafios na Comunicação de Risco: Uma Revisão do Plano de Contingência de Santa Maria/RS após a Inundação de 2024

Francielle Benini Agne Tybusch¹
Katana do Nascimento

Resumo

O aumento da frequência e da intensidade dos desastres naturais, impulsionado pelas mudanças climáticas, impõe novos desafios à gestão pública, em especial no campo da comunicação de risco. Nesse contexto, a inundação histórica de 2024 em Santa Maria/RS revelou fragilidades nos sistemas de alerta e na capacidade de comunicação com a população, evidenciando a necessidade urgente de reformular os planos de contingência locais. Diante disso, este trabalho discute a importância da comunicação de risco como ferramenta estratégica para a proteção de populações vulneráveis em contextos de emergência ambiental, analisando a experiência concreta de Santa Maria. A partir dessa análise, definiu-se como problema de pesquisa a seguinte questão: como a comunicação de risco pode ser aprimorada no Plano de Contingência de Santa Maria/RS, à luz das estratégias nacionais e internacionais de gestão de desastres, para garantir uma resposta mais eficiente, inclusiva e integrada da população durante eventos climáticos extremos? Para responder a essa problemática, o estudo adotou o método de abordagem sistêmico-complexo, apropriado para o enfrentamento de questões ambientais multifatoriais, e recorreu à pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo legislações, relatórios técnicos, dados oficiais e estudos acadêmicos recentes sobre comunicação de risco. Como resultado, constatou-se que, embora existam avanços estruturais no Plano de Contingência de Santa Maria/RS, persistem graves lacunas na comunicação, como a limitação no uso de canais digitais, o predomínio de linguagem excessivamente técnica e a ausência de estratégias inclusivas voltadas para públicos vulneráveis. Além disso, foram identificadas falhas na continuidade da comunicação ao longo de todas as fases do desastre e a falta de mecanismos eficazes para combater a desinformação. Frente a essas deficiências, propôs-se a implementação de sistemas de alerta sonoro em massa, a diversificação dos canais de comunicação emergencial, a produção de materiais acessíveis em diferentes formatos e a utilização estratégica de rádios comunitárias e redes sociais, complementadas pela capacitação contínua dos profissionais da Defesa Civil.

Palavras-chave: Comunicação de risco, Inundações em Santa Maria/RS, Plano de Contingência

Referências

A P&DC e os 30 anos de desastres no Brasil: (1991-2020). Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. Florianópolis: Fepese,

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

2022. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/proteca-o-e-defesacivilsedec/A_p_amp_dc_e_os_30_anos_de_desastres_no_Brasil_20221_compressed.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025.

ALMEIDA, S.; RIBEIRO, L. Observatório das metrópoles, 2024. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/#:~:text=ObservaOP,Núcleo%20Porto%20Alegre%20analisa%20os%20impactos%20das%20enchentes%20na%20população,do%20Rio%20Grande%20do%20Sul&text=Mapas%20produzidos%20pelo%20Núcleo%20Porto,no%20Rio%20Grande%20do%20Sul>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília: Ministério da Cidadania, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Estabelece diretrizes gerais da política da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em 11 abr. 2025.

BRASIL. LEI Nº 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Sistema de Alertas de Risco da Defesa Civil Nacional. Brasília: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/defesa-civil/alertas-de-risco>. Acesso em: 27 abr. 2025.

COLLINS, Andrew E. Disaster Management: International Lessons. In: Risk Reduction, Response and Recovery. January Publisher: Routledge, 2009.

DELEVATI, Ananda da Silva. Comunicação de risco e cobertura de desastres: o campo jornalístico. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6330/DELEVATI%2C%20ANANDA%20DA%20SILVA.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MARCHEZINI, Victor. Sistema de alerta de risco de desastres no Brasil: desafios à redução

da vulnerabilidade institucional. *Revista Ambiente & Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 135-154, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320537685_Sistema_de_alerta_de_risco_de_desastres_no_Brasil_desafios_a_reducao_da_vulnerabilidade_institucional. Acesso em: 27 abr. 2025.

MARENGO, J. A. et al.. O maior desastre climático do Brasil: chuvas e inundações no estado do Rio Grande do Sul em abril-maio 2024. *Estudos Avançados*, v. 38, n. 112, p. 203–228, 2024.

MASSIERER, Caroline. Comunicação de riscos e desastres versus comunicação para mitigação e adaptação. *Revista Comunicação & Sociedade*, v. 43, n. 1, p. 37-54, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356565512_COMUNICACAO_DE_RISCOS_E_DESASTRES_VERSUS_COMUNICACAO_PARA_MITIGACAO_E_ADAPTACAO. Acesso em: 27 abr. 2025.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS. WWF-BRASIL. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas2/. Acesso em: 05 mar. 2025.

NUNES, ANA. K. Comunicação de risco em desastres. 10 jul. 2024. Disponível em: <https://www.ufsm.br/projetos/institucional/observatoriocrise/2024/07/10/comunicacao-deriscos-em-desastres>. Acesso em: 11 abr. 2025.

NUNES, A. K.; DIAS, L. Comunicação de risco em desastres: reflexões a partir do caso da prefeitura municipal de Canoas, Rio Grande do Sul. *Culturas Midiáticas*, v. 22, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/70949>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PANORAMA DOS DESASTRES O BRASIL (2013 A 2023). Confederação Nacional de Municípios. Brasília: CNM, 2024. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202405_ET_Panorama_Desastres_Brasil_2013_a_2023.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025. p. 4

PASCUAL-FERRÁ; P., ALPERSTEIN, N.; BARNETT, D. Análise de Redes Sociais do Discurso Público da COVID-19 no Twitter: Implicações para a Comunicação de Risco. *Disaster Medicine and Public Health Preparedness*, v.16, n.2, p.561-569, 2020. <https://www.cambridge.org/core/journals/disaster-medicine-and-public-healthpreparedness/article/social-network-analysis-of-covid19-public-discourse-on-twitter->

implications-for-risk-communication/5CF2824263F23693F9AEFB4A5E56880A. Acesso em: 11 mar. 2025.

ROCHA, R.; REBOITA, M.; CRESPO, N. Análise do evento extremo de precipitação ocorrido no Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024. Mato Grosso: Journal Health NPEPS, 2024.

SANDALOWSKI, M. Et. al. Relatório Técnico “Vulnerabilidade e risco: análise do desastre socioambiental em Santa Maria - RS” - 2024 (V.1) [Data set]. LABIS. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13901396>. Acesso em: 03 fev. 2025.

SANTA MARIA. Plano de Contingência de Santa Maria/RS. Santa Maria: Gabinete do Prefeito, Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), dezembro de 2024.

SILVA, Luciene Pimentel da et al. Mensagens de alerta de desastre no Rio Grande do Sul: desafios e oportunidades na comunicação de risco. Revista Redes, v. 29, 2024. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/19701/11869>. Acesso em: 27 abr. 2025.

Situação de Calamidade Pública e Emergência: PASSO A PASSO SISTEMÁTICO para acesso aos programas oferecidos aos municípios. Brasília. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/SUAS/Arquivos/SE_CARTILHA_CALAMIDADE_PUBLICA_E_EMERGENCIA.pdf. Acesso em: 05 mar 2025.

SORIANO, Érico; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado. A informação e o conhecimento no contexto da comunicação de riscos. Caderno Prudentino de Geografia, v. 37, n. 1, p. 110-123, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/download/3168/3341/14734>. Acesso em: 27 abr. 2025.